

African Economic Outlook 2011: Africa and its Emerging Partners

Summary in Portuguese



Perspectivas Económicas em África 2011 : África e os Seus Parceiros Emergentes

Sumário em Português

- As economias de África aguentaram relativamente bem a crise económica e financeira global e recuperaram em 2010. Espera-se que o continente continue no seu percurso de recuperação, embora fortes ventos de frente pesem sobre o ímpeto para a expansão em 2011, nomeadamente os acontecimentos políticos no norte de África e os elevados preços dos combustíveis e dos alimentos. A lúgubre situação na Líbia e na Côte d'Ivoire mostra, novamente, como os cidadãos sofrem e as economias estagnam quando as transições políticas não são levadas a cabo de forma pacífica.
- A parte I do *African Economic Outlook* deste ano analisa os desenvolvimentos macroeconómicos e estruturais de África. Examina o modo como o continente africano, as suas regiões e países, se saiu durante a crise global e prevê desenvolvimentos económicos em 2011 e 2012. Descreve as mudanças nos fluxos financeiros externos e discute políticas comerciais e medidas para fomentar a integração regional. Além disso, discute o porquê de a redução da pobreza se ter mantido relativamente vagarosa em África e caracteriza o estado e as tendências do desenvolvimento humano. A parte II explora a relação entre África e os seus parceiros emergentes e dá uma nova perspectiva sobre os impactos para o desenvolvimento africano.

Desempenho e perspectivas em África

As economias africanas recuperaram da depressão, que fora causada pela recessão global. Em 2010, a taxa de crescimento médio de África ascendia a 4.9%, subindo de 3.1%, em 2009. É provável que os acontecimentos políticos no norte de África diminuam o crescimento do continente para 3.7%, em 2011. No entanto, esta previsão está circundada por considerável incerteza. Os riscos estão relacionados com a economia global, nomeadamente o impacto do terramoto e da crise nuclear no Japão, e com África, especialmente os desenvolvimentos na Líbia e na Côte d'Ivoire e como tal afecta os países vizinhos. Pressupondo que a normalidade económica retorna a estes países, espera-se que o crescimento médio de África se precipite para 5.8%, 2012.

O norte de África deverá ser a única região com um crescimento mais baixo em 2011, em comparação com o ano anterior (menos de 1%, após os 4.6%, em 2010). Pressupondo um regresso à vida económica normal, espera-se que o crescimento da região recupere novamente, em 2012. A África Oriental deverá continuar no seu percurso de crescimento superior a 6% durante o período de projecção, enquanto se espera que o crescimento na África Ocidental desacelere para menos de 6% devido aos acontecimentos na Côte d'Ivoire. No sul de África e na África Central, projecta-se a precipitação do crescimento, mas mantendo-se inferior ao da África Oriental e Ocidental.

Espera-se que as políticas monetárias sejam gradualmente “apertadas”, como resposta às preocupações de inflação relativas aos preços alimentares e energéticos mais elevados. Mas, visto que, na maioria dos países, as pressões inflacionárias subjacentes deverão manter-se sob controlo, não há necessidade de um “aperto” vigoroso. As políticas devem focar-se mais na inflação estrutural e nas expectativas inflacionárias do que no aumento temporário da inflação nominal.

Espera-se que o défice fiscal médio de África aumente em 2011 para abaixo dos 4% do PIB, mas que volte a cair para ligeiramente acima dos 3%, em 2012. Contudo, a média encobre grandes diferenças por entre os países. Ainda assim, se os desembolsos da APD ficarem aquém das expectativas, considerando que os países doadores enfrentam problemas fiscais, e, se os governos africanos introduzirem subsídios para alimentos e combustíveis, de forma a proteger as famílias dos preços elevados, os défices poderão ser significativamente maiores. Além do mais, o grande número de eleições nacionais no continente, este ano, traz o risco de que os dirigentes em exercício aumentem a despesa para obter apoio político dos eleitores e tal “política de ciclo eleitoral” iria, igualmente, comprometer a consolidação fiscal.

Após a deterioração, em 2009, que fora provocada pela queda dos preços das matérias-primas e volumes das exportações, as situações externas melhoraram à medida que os preços das matérias primas e volumes das exportações recuperaram. Mas as situações de conta corrente não retomaram, no geral, os níveis anteriores à crise global e, nalguns países importadores de petróleo, os desequilíbrios estão a agravar-se.

É provável que a actual recuperação económica em África reduza a componente cíclica do desemprego, mas o desemprego estrutural mantém-se elevado em muitos países. No norte de África, onde a actividade económica tem sido perturbada pelos tumultos políticos, é provável que o desemprego cresça mais, em 2011. O desemprego juvenil é, desde há muito, um enorme problema no norte de África (mas também em muitos outros países africanos) e contribuiu para os distúrbios políticos que levaram à queda dos governos na Tunísia e no Egipto. Os mercados de trabalho não têm sido suficientemente flexíveis para absorver a crescente oferta de jovens trabalhadores. Dado que a população de África se encontra em rápido crescimento, a pressão demográfica sobre os mercados de trabalho persistirá, em muitos países africanos. Mas no norte e no sul de África, a pressão demográfica sobre os mercados de trabalho acalmará, uma vez que se prevê que a população jovem se mantenha perto dos níveis actuais.

É necessária uma abordagem compreensiva para fazer face ao problema do desemprego, no geral, e ao do desemprego juvenil, em particular. São precisos melhoramentos, tanto no lado da oferta como no da procura dos mercados laborais. É necessário fazer mais para melhorar a qualidade da oferta laboral, para que corresponda melhor às competências exigidas pelos empregadores. Tal refere-se também aos licenciados das universidades, que ficam vulneráveis ao desemprego, se as suas competências não corresponderem às exigências profissionais. Simultaneamente, a procura laboral tem de ser estimulada através de melhores condições-quadro para o crescimento económico, no geral, e para a actividade do sector privado, em particular, incluindo pela criação de novas empresas.

Os responsáveis políticos africanos devem estar cientes de várias fontes de riscos globais e nacionais. A estabilidade económica e social tem de ser mantida, ou – onde estiver afectada – ser rapidamente restaurada. Os

requisitos políticos são no sentido de seguir macro-políticas prudentes e, ao mesmo tempo, implementar medidas adequadas para lidar com o aumento dos preços dos produtos de base. Em países ricos em recursos, parte dos lucros inesperados pode, por exemplo, ser depositada em fundos soberanos, de forma a precaver-se para quando ocorrer nova queda dos preços ou se esgotarem os recursos. Dados os preços alimentares actualmente elevados, os governos que disponham dos recursos necessários, poderiam considerar proteger grupos vulneráveis da fome, disponibilizando subsídios direccionados e abstendo-se de subsídios para alimentos dispendiosos e combustíveis, para o público em geral. Acresce ainda que as condições-quadro para os agricultores devem ser melhoradas para que estes possam aumentar o investimento e a produtividade, como resposta aos preços mais elevados para a agricultura.

O primeiro trimestre de 2011 foi um dos mais turbulentos da história do continente africano. Na Tunísia e no Egipto, levantamentos populares pacíficos enfrentaram regimes autoritários. Na vizinha Líbia, os protestos acabaram por levar a uma situação de guerra civil e à intervenção militar da comunidade internacional. Não é fácil prever o que vai acontecer nestes três países, e nos países vizinhos, ou quais serão as repercussões para além do Norte de África.

O ano de 2011 será marcado por um número recorde de actos eleitorais, com 28 eleições a nível nacional, em 20 países. Um importante acto eleitoral foi o referendo no Sul do Sudão, em Janeiro último, onde se decidiu pacificamente a separação do Norte do Sul do país, que entrará em vigor em Julho de 2011.

Em 2010, tiveram lugar eleições pacíficas em 13 países. As eleições presidenciais na Guiné, que puseram fim à crise institucional gerada pelo golpe de Estado em 2008 e o pacífico referendo constitucional realizado no Quénia foram marcos importantes, após a violência pós-eleitoral de 2008. A crise e a violência generalizada na Costa do Marfim, após a polémica eleição presidencial, em Novembro, constitui-se como o ponto mais negativo.

África e os seus parceiros emergentes

A edição de 2011 do capítulo temático destas Perspectivas investiga a ascensão dos parceiros emergentes de África. Analisa opções políticas, para que os responsáveis políticos africanos possam tirar o máximo partido da rápida integração de África na economia global. A década que principiou no começo do novo século testemunhou a veloz ascensão dos parceiros emergentes de uma posição relativamente marginal para uma de parceiros de pleno direito. Os volumes comerciais de África com os seus parceiros emergentes duplicaram em valor nominal ao longo da década e ascendem agora a 37 por cento do comércio total de África. Não obstante a China representar o principal parceiro emergente de África, tendo ultrapassado em volume os Estados Unidos, o comércio do continente com os outros parceiros emergentes, em conjunto, é ainda superior ao seu comércio só com a China. Esta representamais de um terço do comércio africano com parceiros emergentes.

A UE e os EUA mantêm-se as mais importantes fontes de Investimento Directo Estrangeiro (IDE) para os países africanos. No que toca a Ajudas Públicas ao Desenvolvimento (APD), os parceiros tradicionais também dominam, embora a quota-parte dos parceiros emergentes esteja a crescer rapidamente. No entanto, trata-se apenas da ponta do icebergue: os parceiros emergentes oferecem a África toda uma gama de modalidades financeiras alternativas que desafiam as definições do IDE e da APD. Tendem a adoptar uma abordagem mais holística em relação à promoção das suas exportações, ao apoio ao investimento directo e à oferta de ajuda ao desenvolvimento.

As relações empresariais africanas com os parceiros emergentes são, muitas vezes, complementares às mantidas com os parceiros tradicionais. Devido à sua diversidade, os parceiros emergentes oferecem aos países africanos novas oportunidades para troca de bens, tecnologias e modelos de desenvolvimento. Tornam os bens de consumo de massas acessíveis, em preço, à nascente classe média africana e fornecem bens de produção adaptados às condições produtivas dos países em desenvolvimento. Estes bens encerram o potencial de ajudar as empresas africanas a aumentar a sua produtividade e a subir cadeias de valores globais.

As actividades de cooperação dos parceiros emergentes também são tipicamente complementares às dos parceiros tradicionais. Os últimos focaram a sua ajuda, principalmente através de APD, na redução da pobreza, saúde, educação e governação. Os parceiros emergentes, não apenas a China, estão mais focados na remoção dos estrangulamentos das infra-estruturas.

As exportações de fabrico africano duplicaram, em termos gerais, ao longo dos últimos 10 anos, impulsionados, na maior parte, pela procura dos parceiros emergentes. Os receios de que a colaboração intensificada com os parceiros emergentes esteja a incrementar o endividamento africano não são apoiados pelos indícios disponíveis. Todavia,

persiste um risco de reendividamento, especialmente para os estados africanos mais fracos. Do mesmo modo, os indicadores de governação agregada existentes não revelam nenhum sinal de agravamento na corrupção. A autonomia política é afectada de maneira diferente para diferentes grupos de países africanos: aqueles que abundam em recursos deverão alargar o seu espaço político mais do que os outros.

No entanto, estas tendências benignas gerais não garantem diversificação económica e, assim, as políticas têm um papel a desempenhar. Os países africanos têm de enquadrar o seu envolvimento com os respectivos parceiros emergentes no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento nacional caseira, especialmente no que respeita às políticas industriais e agrícolas de longo prazo. Sempre que a capacidade de absorção for reduzida, os grandes investimentos em infra-estruturas têm de se fazer acompanhar por um orçamento adequado dos custos de manutenção e consistência com a estratégia de desenvolvimento do país.

A maioria dos países africanos ainda precisa de melhorar a sua posição de negociação face a parceiros tradicionais e emergentes, para garantir que estas parcerias são, realmente, mutuamente benéficas e que os países africanos recebem a sua quota-parte dos benefícios. As opções políticas incluem influenciar a subida dos preços das matérias-primas de forma a negociar o fornecimento de infra-estruturas para a diversificação, industrialização e desenvolvimento económico e manter os parceiros tradicionais responsáveis pelas suas promessas de ajuda.

É imperativo um progresso mais célere na integração regional, para que os países africanos não se envolvam em 'guerras de incentivos', tentando ultrapassar-se uns aos outros pelos IDE e ajudas. Melhor coordenação implica maior poder de negociação. Além do que, de uma perspectiva financeira, projectos regionais, de maior escala, atrairiam mais consideração por parte dos parceiros emergentes, especialmente os que utilizem fundos soberanos (SWF).

Para promover a integração regional, os países africanos podem influenciar complementaridades entre parceiros: os parceiros tradicionais dispõem dos mecanismos para apoiar os secretariados das Comunidades Económicas Regionais (REC), enquanto os parceiros emergentes podem oferecer um ímpeto adicional às infra-estruturas transfronteiras. Ajudariam, deste modo, a impulsionar o comércio intra-regional, contribuindo, por sua vez, para um ciclo virtuoso de maior integração económica e aproximando ainda mais as visões dos actores regionais.

© OECD

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE www.oecd.org/bookshop

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.rights@oecd.org Fax: +33 (0)1 45 24 99 30.

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal, 75116
Paris, France

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights

